

FONTE : FSP

CLASS. : 166

DATA : 23 04 94

PG. : C-3

Ianomami e Amazônia

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

A visita realizada pelo presidente da República a Roraima no último mês e as notícias dela decorrentes significam, sem dúvida, uma bem-vinda mudança de atitude do governo brasileiro em relação à Amazonia. Garantir a sobrevivência e o livre desenvolvimento dos ianomami é uma questão crucial que vem desafiando a moral e a ética de toda a nação. A anunciada medida de dinamitar os aeroportos clandestinos dos mineradores dá uma idéia de determinação em solucionar o problema e não compactuar com as ilegalidades acumuladas nessa região. No entanto, preocupam ainda informações veiculadas recentemente de que as verbas da Funai para atendimento médico dessa população estão congeladas.

A revisão do projeto Calha Norte, que deve passar a ter como uma de suas principais atribuições a defesa do meio ambiente, é também alvissareira. Concebido nos gabinetes militares com visão estrita de segurança nacional, esse projeto sempre causou as maiores apreensões em todos que se ocupam da ecologia amazônica. O argumento principal desse setor é o de que a primeira prioridade de segurança nacional é a garantia da vida e da produtividade equilibrada em oposição à degradação, ao envenenamento por químicos e mercúrio e à desertificação hoje em curso. Convém não esquecer que no "status quo" até aqui reinante o golpe de misericórdia na floresta é perpetrado com a abertura de estradas que possibilitam o acesso

a toda sorte de devastação.

Mais abrangente do que tudo é o anúncio de um zoneamento ambiental da Amazônia a ser realizado em um ano, com a participação direta dos secretários Lutzenberger e Goldemberg. Sem dúvida essas duas personalidades do governo terão condição de fazer valer as principais questões levantadas pelos setores ambiental e científico. Mesmo assim, é importante que esse plano leve em conta todas as necessidades dos mais diversos segmentos que compõem hoje a população amazônica, de seringueiros a garimpeiros, e consiga adequar as formas de produção a métodos não degradativos. Para ser eficiente e consolidar-se, esse zoneamento também precisará contar com a participação da sociedade, com a aprovação do Conselho Nacional do Meio Ambiente e com o referendo do Congresso Nacional.

Por fim, convém não esquecer que, apesar da importância dada aos temas amazônicos pela imprensa nacional e internacional, e mesmo reconhecendo a inegável urgência e relevância da questão em si, temos no país áreas em estado ainda mais crítico, como é o caso da mata atlântica, que tem seus últimos remanescentes agonizando sob os olhos da maior parte da população brasileira.

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA, 44, arquiteto, é conselheiro da União Internacional para a Conservação da Natureza e Coordenador do Consórcio Mata Atlântica.